



ATA DA QUARTA CONFERÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às dezenove horas, reuniram-se na Capela São Paulo, situada na linha Irakitan no Município de Tangará, a Equipe Técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, a Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Tangará e demais participantes conforme lista de presença em anexo, para realização da quarta conferência pública de revisão do plano diretor e elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do município de Tangará – SC, contemplando os distritos Marari e Irakitan. A conferência foi iniciada com a palavra do [redacted] agradecendo a presença de todos e esclarecendo os conceitos de planejamento urbano, o que é o Plano de Mobilidade Urbana e o que é Plano Diretor aos presentes. Em seguida, comentou-se sobre a ficha que os presentes receberam e a forma de preenchê-la. A palavra foi passada a arquiteta e urbanista, [redacted] a qual discorreu sobre alguns conceitos técnicos relacionados ao assunto. Foi exaltado que está sendo coletado dados e informações da realidade municipal, considerando os anseios da população para poder elaborar um Plano Diretor que possa atender às expectativas de todos. Logo após, foi apresentado o diagnóstico elaborado até o presente momento, incluindo, o resultado do trabalho que foi feito nas escolas, no qual foram recolhidas contribuições de alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio. Além disso, foram apresentados alguns dados como o declínio populacional do município, aumento do número de veículos, problemas existentes no zoneamento atual do município. Posto isso, passou-se para o diagnóstico da região da conferência, as comunidades de Irakitan, Marari e demais comunidades próximas. Após o [redacted] explicou que podem ser criados núcleos urbanizados dentro da zona rural, mas que o ideal é não ampliar muito o perímetro urbano porque isso poderia causar um ônus ao município. Em seguida, foi comentado sobre o zoneamento atual e sobre a possibilidade de criação desse núcleo urbano. Foram apresentadas algumas propostas para o Plano Diretor e o Plano de Mobilidade Urbana. Posteriormente, foi feito um círculo com os presentes para possibilitar a comunidade de expressar suas manifestações e sugestões. A palavra foi passada para a vereadora, [redacted] a qual falou sobre as estradas do interior que não permitem a passagem de dois carros, sobre a falta de iluminação pública nas comunidades, principalmente no Passo da Felicidade e no Irakitan e sobre a precariedade do lazer, mesmo tendo uma quadra de esportes em execução no Irakitan, exemplificou que as comunidades não têm acesso à internet, ou até possuem, mas uma internet de qualidade péssima e muito cara, finalizando sua fala sobre a falta de coleta de lixo. O [redacted] comentou que a revisão do Plano vai gerar resultados à médio e longo prazo, pode-se criar metas para cada ano para tentar desenvolver a área rural cada vez mais. A palavra voltou à vereadora, no qual citou a falta de emprego e empresas entre o Passo da Felicidade e Irakitan. O [redacted] complementou que esse assunto de geração de empregos tem sido muito comentado nas conferências. Os presentes reforçaram sobre a precariedade das estradas, e incluíram o problema dos rios que estão cheios de lixo, gerando insetos e inundações. O prefeito municipal, Sr. Nadir Baú da Silva, falou que isso é algo que também depende da conscientização dos moradores, que não devem jogar lixo no rio. A



vereadora comentou que falta coleta de lixo, por isso o lixo acaba indo parar no rio. Alguns presentes disseram que a empresa Perdigão busca os resíduos relacionados a agropecuária (como vacinas e agrotóxicos), porém não recolhe o lixo "caseiro". O vice-prefeito, [REDACTED], explicou que existe o projeto de fazer casinhas de armazenamento de resíduos no interior, no qual os moradores podem levar o resíduo até lá, porém, essas casinhas teriam que ser construídas em parceria com a comunidade. Em seguida, continuou-se as sugestões sobre a iluminação pública. Por fim, a vereadora mencionou a necessidade de uma casa mortuária no interior. Sem mais manifestações, o [REDACTED] enfatizou que o processo de revisão do Plano vai até setembro e se alguém não lembrou de algo hoje, pode ir até a Prefeitura e solicitar os formulários para acrescentar contribuição. Exaltou que a participação de todos é importante e finalizou agradecendo a presença de todos e a conferência foi encerrada. Foi determinado a mim, [REDACTED], Engenheira Civil, que lavrasse a presente ata, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, pela [REDACTED] e pela [REDACTED], como sinal de sua aprovação. Tangará, 26 de abril de 2018. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada.

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]